



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL

MARIA CLARA DE MORAIS FREITAS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

RECIFE
2022

MARIA CLARA DE MORAIS FREITAS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

**O GERENCIAMENTO AMBIENTAL ATRAVÉS DA ECOPERE
CONSULTORIA AMBIENTAL EM EMPRESAS PRIVADAS**

Relatório apresentado ao Curso de Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como pré-requisito para obtenção de nota da disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório, sob orientação da Professor Romildo Morant de Holanda.

**RECIFE
2022**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O GERENCIAMENTO AMBIENTAL ATRAVÉS DA ECOPERE CONSULTORIA AMBIENTAL EM EMPRESAS PRIVADAS

Maria Clara de M. Freitas
(Estagiária)

Romildo Morant de Holanda
(Orientador)

Fabiana Nunes
(Supervisor)

INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO

Razão Social: FM NUNES CONSULTORIA LTDA

Nome Fantasia: ECOPERE CONSULTORIA AMBIENTAL

CNPJ: 15.801.121/0001-00

Local: R. Djalma Farias, 420- Torrões, Recife/PE - CEP: 52.030-190

Supervisor na Empresa: Fabiana Santana Nunes

Período de vigência: 01/08/2022 a 21/10/2022

Período da disciplina matriculada: 2022.2

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por sempre incentivar desde a infância os meus estudos, fazendo inúmeros sacrifícios para que tivesse oportunidade de estudar, sem a preocupação de ajudar nas despesas no lar.

Ao meu avô, José Américo, por sempre acreditar em mim, e sempre se preocupar comigo, por suas ligações, preocupado com a volta para casa durante à noite. Ele foi muito importante durante toda minha vida e sempre falava que desejava me ver formada, infelizmente essa conquista ele não estará presente, mas dedico a ele.

Ao meu companheiro e amigo, Ricardo Aquiles, por todo cuidado e carinho.

Ao minha supervisora Fabiana Nunes pela vivência e aprendizado adquirido durante o estágio, pelos conhecimentos transmitidos na área de gestão ambiental e na atuação como profissional no mercado de trabalho.

A todos os meus amigos e companheiros de graduação, aos que permaneceram em Pernambuco e aos que estão vivendo em outros Estados, agradeço a todos estes pelo apoio e auxílio necessário para a conclusão da graduação.

Deixo também um agradecimento em especial ao meu orientador Romildo Morant de Holanda, por ser compreensível e estar disposto a ajudar, já tinha respeito pelo professor durante a sala de aula em Matérias de Construção e na optativa de Gestão da Qualidade. Grata!

A Universidade Federal Rural de Pernambuco e o seu corpo docente que demonstrou estar comprometido com a qualidade do ensino, mesmo ao enfrentar o período pandêmico.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Visando registrar as atividades realizadas no Estágio Supervisionado efetuado na Empresa ECOPERE Consultoria Ambiental LTDA, este relatório foi redigido enquanto parte do requisito obrigatório para conclusão da modalidade bacharelado do Curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Este tipo de experiência permite ao graduando adquirir conhecimento prático do mercado de trabalho, adquirir conhecimento com as leis relativas ao meio ambiente, praticar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e contribuir com o futuro da nação. Devido ao fato de a legislação ambiental ser relativamente recente, e estar em constante mudança, empreendedores estarão sempre necessitados de alguém familiarizado com o tema para evitar o descumprimento acidental de leis.

Palavras-chave: Relatório; Estágio Supervisionado; ECOPERE; Licenciamento Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logomarca da empresa

Figura 2 – Espaço de trabalho na ECOPERE

Figura 3 – CR da Indústria de aparelhos eletrodoméstico

Figura 4 - Área de armazenagem dos resíduos de aparas

Figura 5 – Vistoria em Industria fabricante de embalagens de vidro

Figura 6 - Localização do empreendimento e definição de sua ADA (destaque em vermelho).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Descrição sobre correto e incorreto acondicionamento/armazenagem dos resíduos

Quadro 2 - Tópicos contidos no diagnóstico ambiental

Quadro 3 - Observações identificadas na Indústria de aluguel de andaimes

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA - Área Diretamente Afeta

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

ESO - Estágio Superior Obrigatório

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

RCCA - Relatório de Cumprimento das Condicionantes Ambientais

RFO – Relatório de Final de Obra

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RLO – Renovação da Licença de Operação

SEMA - Secretaria Executiva de Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVO	12
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES	12
4. A EMPRESA CONCEDENTE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	16
6. LEITURA DE DOCUMENTOS	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

A legislação brasileira define o Estágio como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à [sic] preparação para o trabalho produtivo” (BRASIL, 2008) voltado para estudantes em final de curso, seja a nível médio ou superior. Como visto na lei: “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para [...] o trabalho” (BRASIL, 2008).

Este relatório de Estágio obrigatório retrata minhas atividades como estagiária da empresa ECOPERE Consultoria Ambiental, localizada na Rua Djalma Farias está no bairro Torreão, município de Recife, estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil. As coordenadas geográficas são latitude -8.0391933 e longitude -34.8823800. O estágio foi realizado sob supervisão da diretora e bióloga, Fabiana Santana Nunes, com duração de 320 horas, ao longo de três meses, com início no mês de agosto/2022 e término no mês de outubro/2022.

O objetivo do presente estágio foi de obter conhecimentos na área ambiental, principalmente para conhecer e vivenciar os procedimentos quanto ao trabalho de um profissional da área ambiental, interligando conhecimentos e conceitos adquiridos durante a graduação ao trabalho de Consultoria Ambiental.

O estágio foi formalizado a partir do “Termo de compromisso de estágio obrigatório”, disponível no site da Pró-reitora de Graduação (PROGEST). Durante o estágio, foi fornecido à empresa auxílio na execução de serviços prestados, que serão detalhados posteriormente em itens específicos, tais como:

- a) Licenciamento Ambiental;
- b) Elaboração de Relatório Fotográfico de visitas técnicas;
- c) Participação na elaboração do Relatório Final de Obra;
- d) Participação em *Checklist* para autorização de terraplanagem;
- e) Elaboração de Relatório de Visita Técnica;
- f) Organização de arquivos e documentos;
- g) Participação em Relatório de Controle Ambiental.

Com isso, o presente relatório visa descrever as atividades desenvolvidas pela discente Maria Clara de Moraes Freitas durante seu período de estágio na ECOPERE Consultoria Ambiental LTDA em Recife, sob orientação do Professor Romildo Morant de Holanda. O Estágio Supervisionado foi realizado como uma disciplina obrigatória do curso de graduação

em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, ao longo do semestre de 2022.2.

2. OBJETIVO

Ampliar o conhecimento, por meio da experiência de estágio, a dinâmica de uma empresa de pequeno porte especializada em consultoria ambiental, visando à qualificação profissional e à aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o bacharelado de Engenharia Agrícola e Ambiental para posterior ingresso no mercado de trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES

3.1 Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual e municipal, com o intuito de promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Ao trabalhar com licenciamento, foi necessário verificar a legislação vigente, bem como consultar a documentação padrão exigida para formalizar os processos trabalhados. Durante o período no qual estagiei, a principal lei referente aos requisitos para procedimentos de regularização ambiental era a Lei nº 6938/81 foi instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão responsável pelo estabelecimento de normas e critérios para o licenciamento ambiental. Considerando a necessidade de se estabelecerem definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes para o uso e implementação da avaliação de impacto ambiental.

Dentre as competências do CONAMA destaca-se:

IV – determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre as alternativas e possíveis consequências ambientais e projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais ou municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental (BRASIL, 1990).

As normas referentes ao Licenciamento Ambiental são estabelecidas pelo CONAMA que dentre suas atribuições está também a publicação oficial das licenças expedidas e estabelecer prazos para a vigência dessas licenças levando em consideração o tipo de atividade do empreendimento requerente. Para a instalação de um empreendimento que possa causar alguma modificação no meio ambiente são necessárias licenças cuja expedição é de competência do poder público. Dentro das etapas do Licenciamento Ambiental estão inclusos três tipos de licenças, sendo estas concedidas por etapas:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das 17 licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (CONAMA, 1997).

A análise, aprovação e se necessário sua correção, será feita pelo órgão estadual competente, podendo ter cooperação do IBAMA, sendo deste a competência quando se tratar de atividades de âmbito federal.

3.2 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um documento que define diretrizes de gerenciamento ambientalmente adequado de todos os resíduos que são gerados no estabelecimento, determinando estratégias de controle e monitoramento dos processos produtivos, visando evitar descartes/destinações inadequadas que possam gerar poluição ao meio ambiente e acarretar prejuízos à saúde pública.

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), evidencia as principais responsabilidades do gerador de resíduos e favorece uma visão sistêmica, que abrange diversas variáveis ambientais. A PNRS fundamenta-se no compartilhamento de responsabilidades da geração até a destinação final, na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida e no direito da sociedade à informação e controle social, além de estimular a cooperação entre governo, empresas e sociedade.

Segundo a PNRS, gerenciamento de resíduos sólidos é o:

[...]conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010c).

De acordo com lei Federal nº 12.305/2010, em seu art. 24, dispõe que o PGRS seja parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade. No caso de empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano cabe à autoridade municipal competente. O plano deve ser disponibilizado aos órgãos ambientais anualmente, segundo o Art. 23 a cada 12 meses o documento deve ser renovado.

3.3 Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil no âmbito municipal

A atividades da construção civil, são divididas em reformas, construções ou demolições, e geram grandes quantidades de resíduos sólidos, desta forma é responsabilidade do empreendedor planejar o gerenciamento e a destinação adequada deste material.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) estabelece os procedimentos necessários para o manejo correto, transporte regular e destinação final dos resíduos sólidos gerados em empresas licenciadas e autorizadas pelo órgão. Este é um dos

documentos exigidos durante o processo de Licenciamento ou Autorização Ambiental de um empreendimento considerado como grande gerador de resíduos.

No município de Recife a Lei Municipal Nº 17.072/2005 estabelece as diretrizes e critérios para o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil que devem ser submetidos à análise e aprovação da Prefeitura.

As obras civis e a responsabilidade quanto a geração e sua destinação regular vai além de obras grandes, como construção de prédios, a obrigação inclui cidadãos do município do Recife que ao realizarem alteração em seu imóvel deve se apresentar ao órgão competente, e o órgão decidirá se caberá dispensa ou elaboração do plano. Portanto, caberá a elaboração de PGRCC sendo pessoa jurídica (PJ) ou pessoa física (PF) conforme Art. 7 da Lei Municipal Nº 17.072/2005:

Toda atividade geradora de resíduos em quantidade superior a 1,0 (um) m³/dia em funcionamento, bem como aqueles que pretendam se instalar no território do Município do Recife, devem obter licença de operação e para tanto submeter à aprovação do órgão gestor da limpeza urbana deste Município o respectivo Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, para cada uma das unidades instaladas, tendo como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados na atividade.

Ao concluir a etapa de planejamento com o PGRCC, deverá finalizar a etapa de construção com a elaboração do Relatório Final de Obra (RFO) que tem por objetivo comprovar a destinação final dos resíduos da construção civil e a aquisição da Declaração de Comprovação da Destinação dos Resíduos que deverá compor o Relatório Final de Obra – anexando os Tickets de Pesagem dos resíduos Classe “A” e Nota Fiscal do Transporte.

O RFO deverá ser submetido à análise e aprovação, tendo em vista a emissão da “DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE RELATÓRIO FINAL DA OBRA” para obtenção do HABITE-SE junto ao órgão competente.

3.4 Relatório de Controle Ambiental

Relatório de Controle Ambiental (RCA) constitui um estudo ambiental previsto no artigo 5º da Resolução CONAMA nº 9 de 1990, que visa identificar os impactos gerados por atividades potencialmente poluidoras, bem como propor medidas mitigadoras no sentido amplo de atenuar os danos ao meio ambiente. Para o diagnóstico ambiental do RCA deve ser

considerada a Área Diretamente Afeta (ADA), áreas onde as intervenções do empreendimento serão diretas e pontuais.

Conclui-se que o RCA compõe-se de estudos relacionados aos aspectos ambientais concernentes à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou um empreendimento que não gera impactos ambientais significativos, e que contém informações relativas: à caracterização do ambiente em que se pretende instalar; a sua localização frente ao Plano Diretor Municipal; alvarás e documentos similares; e plano de controle ambiental, que identifique as fontes de poluição ou degradação, e as medidas de controle pertinentes.

4. A EMPRESA CONCEDENTE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A ECOPERE Consultoria Ambiental situada na Rua Djalma Farias, 420, bairro Torreão, Recife/PE, é a empresa onde foi realizado o estágio supervisionado. Essa empresa foi criada em junho de 2012 através da Bióloga Fabiana Nunes. Nesses 10 anos de existência, a consultoria é focada em questões ambientais, e atua em diversos Estados do Brasil.

Figura 1: Logomarca da empresa



Fonte: Arquivo Pessoal/2022

A empresa é descrita de pequeno porte, que possui poucos funcionários efetivos e uma equipe multidisciplinar, formada por colaboradores com elevada qualificação profissional, capacitada nas áreas de Biologia, Gestão Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Engenharia Civil, Arquitetura, Engenharia Agrícola Ambiental, Engenharia de Segurança do Trabalho, Direito Ambiental, Comunicação Socioambiental, Geografia e Geologia.

A ECOPERE busca está sempre atuando em conformidade com as normas, legislações vigentes e aos princípios da sustentabilidade e responsabilidade ambiental, objetivando adequar as empresas com foco na melhoria contínua dos seus resultados. Com relação aos trabalhos desenvolvidos, a empresa desenvolve projetos de assessoria ambiental em diversos tipos de

empreendimentos e atividades, tais como, supermercados, empresas de sinalização, construtoras e indústrias.

A empresa atua no mercado oferecendo assessoria técnica em gestão ambiental, adequação à legislação e otimização de processos. Oferece uma gama de serviços e produtos que compreendem:

- Auditoria Ambiental
- Afugentamento de Fauna
- Arquitetura e Paisagismo
- Compensação Ambiental
- Direito Ambiental
- Declaração Conformidade Ambiental
- Educação Ambiental
- Estudo de Conformidade Ambiental
- Estudo de Impacto Ambiental
- Estudo de Impacto de Trânsito
- Estudo de Impacto de Vizinhança
- Estudo Técnico Ambiental
- Estudo de Viabilidade Ambiental
- Estudo de Vazão
- Emissão de Atestado de Regularidade
- Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Classe II)
- Inventário Florestal
- Laudo de supressão (erradicação/poda árvore)
- Laudo de Caracterização/ descaracterização de Área de Preservação Permanente
- Laudo Condições Ambientais de Empreendimento - efluentes, resíduos e emissões
- Laudo Técnico Condições Operacionais de ETE
- Laudo de Fauna (Vertebrados)
- Laudo de Cobertura Vegetal
- Licenciamento Ambiental
- Levantamento e Monitoramento com Drone
- Laudo de Nível de Pressão Sonora
- Memorial Descritivo Empreendimento

- Monitoramento de Fauna
- Projeto Arquitetônico
- Projeto Contra Incêndio e Pânico
- Plano de Controle Ambiental
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- Plano de Emergência Ambiental
- Plano de Educação Ambiental
- Plano de Gerenciamento de Riscos
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde
- Plano de Monitoramento da Qualidade do Solo e Águas
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
- Plano de Remediação do Solo
- Plano de Recuperação Arbóreo
- Plano de Monitoramento Ambiental
- Plano de Recuperação de Área Erodida
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- Parecer Técnico Ambiental
- Relatório Ambiental Simplificado
- Relatório Ambiental Prévio
- Relatório de Controle Ambiental
- Roteiro para Caracterização de Empreendimento
- Responsabilidade Técnica sobre ETE's
- Resgate de Fauna
- Relatório de Impacto Ambiental
- Relatório de Impacto de Vizinhança
- Relatório Técnico Fotográfico
- Supressão Vegetal

A ECOPERE Consultoria Ambiental é uma empresa respeitada no mercado, com uma ampla carta de clientes nos mais diversos empreendimentos presente na região Norte-Nordeste. Atuando como prestadora de serviços àqueles que necessitam de serviços ambientais para que

possam atender às exigências legais dos órgãos licenciadores, nas esferas municipal, estadual e federal.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

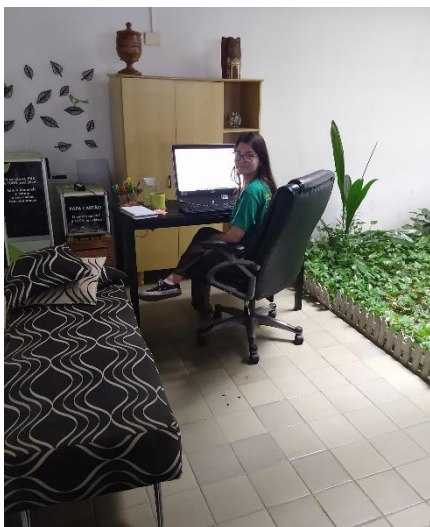
Durante o período do Estágio Supervisionado Obrigatório, o horário das atividades ocorreu das 13:00 h às 17:00 h na ECOPERE Consultoria Ambiental – Recife/PE. Serão apresentados nos itens a seguir, algumas ações acompanhadas ao decorrer do estágio obrigatório.

5.1 Dinâmica do estágio

Primeiramente, antes de iniciar o estágio, a empresa proporcionou um treinamento sob o comando da colaboradora Jéssica, Engenheira Agrícola e Ambiental, após o final do treinamento foi fornecido certificado de 20 horas. Neste treinamento foi possível conhecer atividades que serão desenvolvidas no estágio, quais foram: Licenciamento ambiental; Outorga sobre o uso da água; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, além de apresentar os órgãos competentes e suas respectivas plataformas para informação e submissão de documentos.

Durante, a primeira semana de estágio foi enriquecedora, a qual a minha supervisora dispôs de documentos para leitura, esta leitura foi importante para que eu pudesse exercer as atividades futuras no estágio. Ao entrar em contato com os documentos permitiu aprender: A funcionalidade, o modo de elaboração e quais os documentos necessários. Ao concluir a leitura dos documentos, pude iniciar a prestação de serviços enquanto estagiária, que serão detalhados em tópicos específicos.

Figura 2: Espaço de trabalho na ECOPERE



Fonte: Arquivo Pessoal/2022

5.2 Licenciamento Ambiental

A empresa contratante se tratava de empreendimento com atividade principal comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados. Os serviços que foram desenvolvidos compreenderam basicamente: Auxílio na elaboração do RCCA e PGRS.

5.2.1 Relatório de Cumprimento das Condicionantes Ambientais (RCCA)

O Relatório de Cumprimento das Condicionantes Ambientais (RCCA) fornece as recomendações definidas pelo Órgão Ambiental e que o empreendedor deverá atender, pois será necessário para concessão da licença ambiental. Estas condicionantes do licenciamento ambiental são exigências que estabelecem as condições, restrições, medidas ambientais e administrativas que deverão ser observadas e praticadas pelo empreendedor para o gerenciamento dos impactos ambientais ocasionados pela instalação e operação de empreendimentos e atividades praticadas.

Ao iniciar minhas atividades no estágio, o primeiro documento elaborado foi o RCCA, o qual foi realizado para Renovação da Licença de Operação. Seguindo o modelo padrão da empresa, inicialmente deve-se preencher o documento com as informações necessárias, como exemplo: Nome da empresa contratante, CNPJ e número da licença atual e número do processo, nome da responsável técnica e o nome da empresa contratante.

Ao elaborar o RCCA todas as exigências de contidas na atual Licença de Operação deverão ser descritas no documento, e as considerações pertinentes a cada condicionante exigida tem conclusão de status (cumprido, parcialmente cumprido e descumprido), com a finalidade única de mostrar ao órgão ambiental que a contratante busca cumprir todas as suas exigências e que não há impeditivos para a expedição da Renovação da Licença de Operação.

No RCCA, as condicionantes descritas pelo órgão responsável foram:

- a) Atualização do PGRS;
- b) Lista/planilha de resíduos indicando tipologia, destinação e empresas responsáveis, seguida de MTRs, CDFs, notas fiscais e licenças ambientais dessas empresas;
- c) Evitar armazenamento de resíduos (perigosos ou não) sobre toneis. Armazenar na respectiva caçamba.

Sendo assim, para comprovar que foram 100% cumpridas as exigências da Licença de Operação foram anexados ao Relatório de Cumprimento das Condicionantes Ambientais: O PGRS, lista/planilha de resíduos indicando tipologia, destinação e empresas responsáveis, seguida de MTRs, CDFs, notas fiscais e licenças ambientais dessas empresas e relatório fotográfico dos resíduos armazenado em caçambas.

Todos os documentos foram anexados, em ordem, junto ao RCCA em PDF, em seguida encaminhado para supervisora. Após sua análise, foram ratificadas algumas correções, ao relaizar as correções foi submetido novamente a supervisora e salvo na pasta do empreendimento.

5.2.2 Atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) tem como objetivo diminuir a geração de resíduos na fonte, adequar a segregação dos resíduos na origem, controlar e reduzir riscos ao meio ambiente e garantir o correto manuseio e disposição final, em acordo com a legislação vigente.

Este documento visa atender os requisitos previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010 e a Política Estadual dos Resíduos Sólidos – Lei Estadual 14.236, de 13 de dezembro de 2010 (Pernambuco), buscando reduzir os impactos ambientais negativos provocados por suas atividades produtivas.

Ao realizar a elaboração de uma renovação do PGRS, depende da coleta de informações, documentações e verificação das situações atuais no empreendimento, além de verificar se as estabelecidas no plano anterior foram cumpridas.

Sendo assim, foi necessário a realização de uma visita técnica para levantamento dos dados decorrente dos últimos 12 meses nos diversos pontos/setores de geração no processo, entrevistar os responsáveis, funcionários e observação do ambiente. Durante visita ao empreendimento também foi solicitado os documentos exigidos, que constam na atual licença para apresentar ao órgão ambiental. Após recolher as informações, no escritório da ECOPERE estudamos e realizamos, com as imagens coletada, o relatório fotográfico. Com isso, após coleta e cumprimento de todas as condicionantes seguimos para elaboração do documento. Nesta atualização do PGRS são descritos os seguintes conteúdos:

- a) Descrição do empreendimento e da atividade;
- b) Métodos e técnicas utilizadas para atualização do PGRCC;
- c) Ações para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos (redução, reutilização e reciclagem);
- d) Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados (origem, volume e caracterização dos resíduos) - consiste na classificação dos resíduos baseado nos laudos de análise química, segundo a NBR 10.004 da ABNT. Neste tópico, os resíduos são classificados, quantificado, indicado formas para a correta identificação e segregação na origem, dos resíduos gerados por área/unidade/setor da empresa;
- e) Ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de produtos.
- f) Definição dos procedimentos operacionais relativos ao gerenciamento de resíduos sólidos;
- g) Metas e procedimentos de minimização da geração de resíduos, como os programas de redução na fonte;
- h) Plano de monitoramento;
- i) Plano de contingência;
- j) Cronograma de execução.

Portanto, a atualização do PGRS abrange os procedimentos necessários e responsabilidades para a redução, classificação, segregação e identificação, manuseio e movimentação, acondicionamento, armazenamento temporário, coleta seletiva, transporte de resíduos e seu tratamento e disposição final.

Diante disso, após elaboração, todos os documentos foram anexados, em ordem, junto ao PGRS em PDF, em seguida encaminhado para supervisora. Após sua análise, foram ratificadas algumas correções e devolvido por e-mail para realizar as alterações solicitadas. No final, após todas correções foi submetido ao e-mail e salvo na pasta do empreendimento.

5.3 Relatório Final de Obra para Empresa de Construção Civil

Ao realizar a elaboração do Relatório Final de Obra RFO, em obra realizada no município do Recife, o documento deverá ser realizada para atender a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana EMLURB, no setor de PGRCC, o qual fica responsável por verificar a correta gestão dos resíduos da construção civil.

Ao elaborar documento, fez necessário preencher formulário disponível online pela EMLURB e dispor as informações sobre a obra concluída. No formulário conteve, dados do empreendedor, do responsável técnico pela elaboração do RFO, endereço da obra e o endereço legal, área de construção, estimativa da geração contida no PGRCC aprovado e a geração efetiva.

Em seguida, os Tickets emitidos pela empresa licenciada contratada são verificados, e feita contagem do peso líquido dos resíduos, em planilha, foi informado a numeração do ticket, placa do caminhão, horário de entrada e saída do aterro, a empresa transportadora, a empresa de destinação final, a tipologia dos resíduos (metralha, entulho e solo de escavação) e por último o peso líquido do resíduo. Após contabilização, deve-se somar todos os pesos, logo então encontra-se a geração efetiva da atividade de construção realizada.

Além disso, foi necessário cumprir as exigências de documentações as quais foram:

- a) Planilha de controle dos resíduos;
- b) Tickets eletrônicos e originais emitidos pelo aterro;
- c) Nota fiscal com aterro;
- d) Nota fiscal com transportadora autorizada pela EMLURB;
- e) Declaração do PGRCC aprovado emitida pela EMLURB;
- f) ART do técnico responsável pelo RFO.

Durante esta atividade de estágio, foi possível ampliar o conhecimento com a percepção bidirecional sobre a importância do gerenciamento dos resíduos gerados durante construção civil,

conhecendo a responsabilidade do empreendedor de comprovar junto à EMLURB a correta gestão dos resíduos, e realizada em estágio anterior, na própria EMLURB, o qual desempenhava como analista dos PGRCC e RFO submetidos pelo empreendedor.

5.4 Visita Técnica

Durante o estágio, tive o privilégio de realizar visitas técnicas as empresas contratante, e conhecer na prática o trabalho de uma consultoria ambiental na gestão de resíduos e legalização do empreendimento. Durante, todas as vistorias foram anotadas todas informações observadas e comentadas pelo acompanhante responsável da empresa, além de retirada de fotos de todos os pontos de acondicionamento/armazenamento de resíduos.

As vistorias e a confecção do relatório de visita técnica, está direcionado à empresa contratante para eventuais correções a serem realizadas para que a empresa atenda às normas condicionantes, constantes na Licença de Operação, para que esta não venha a sofrer embargos frente ao órgão ambiental licenciador.

5.4.1 Empresa de Produtos Alimentícios – Hipermercados.

Em vistoria realizada ao empreendimento, localizado em Vitória de Santo Antão/PE, foram solicitados o documento comprobatório de limpeza da caixa de gordura, o certificado de manutenção do sistema de esgotamento e análise físico-química da água, os quais foram exigidos na Renovação da Licença de Operação. Além disso, vistoriamos todo os pontos de geração de resíduos da empresa, foi possível visualizar, in loco, as conformidades e incomformidades em relação ao acondicionamento/armazenamento destes resíduos no empreendimento, segue o observado durante visita técnica:

Quadro 1: Descrição sobre correto e incorreto acondicionamento/armazenagem dos resíduos

CORRETO	INCORRETO
Resíduo reciclável (papelão e plástico), devidamente segregado prensado por prensadora e disposto sobre pallets.	Lâmpadas fluorescentes expostas na área externa, em ambiente descoberto e sem estar devidamente acondicionada e armazenada.

Resíduo orgânico armazenado em compactadora.	Fluídos refrigerantes e cilindros usados estão armazenados em ambiente aberto, aguardando a coleta;
--	---

Diante disso, a consultora ratificou ao gestor responsável da empresa contratante sobre a forma incorreta de armazenamento, e direcionou o modelo de armazenagem correta. Em relação as lâmpadas fluorescentes foi sugerido o armazenamento em tonéis, na posição vertical, em ambiente coberto e fechado, aguardando a coleta; e sobre os fluídos refrigerantes e cilindros usados indicou que fossem armazenados empilhados ou sobre pallets em ambiente coberto e fechado.

Ao final, na ECOPERE, foi realizado o relatório de visita técnica, o qual informa todas as observâncias durante vistoria ao empreendimento.

5.4.2 Indústria de Fabricação de Eletrodomésticos em Vitória de Santo Antão/PE

Em vistoria realizada a Indústria, foi visto a Central de Resíduos (CR), os resíduos se encontravam acomodados e separados por baias, em ambiente coberto e piso impermeabilizado. Segue descrição, sobre a separação da baias:

- a) 1º Baia: Encontram-se resíduos Classe I, caracterizados como Resíduo Perigoso, nesta baia são armazenados EPI contaminados;
- b) 2º Baia: Encontram-se resíduos Classe II-B, são armazenados resíduos plástico, identificado como plástico reaproveitado (Filme e Borra de PP);
- c) 3º Baia: Esta baía é dividida para armazenamento de resíduos elétrico (Classe I), e metais ferrosos (Classe II-B);
- d) 4º Baia: Encontram-se resíduos de sucata mista não reciclável, classificados como Classe II-A e Classe II-B;
- e) 5º Baia: Armazmento de Resíduos Classe II-A. Esta baia, é dividida em térreo e mezanino. No térreo, encontram-se resíduos e no mezanino material que será reutilizado na indústria.

Figura 3 – CR da Indústria de aparelhos eletrodoméstico



Fonte: Arquivo Ecopere/2022

Diante disso, foi retirado fotografia de todas as baias da CR, e consultora informou ao gestor responsável da empresa contratante que apresentaria modelos de placas de sinalização e procedimentos para melhor manutenção da CR. Ao final, na ECOPERE, foi realizado o relatório de visita técnica, o qual reuniu-se todas as imagens fotográficas retiradas e as informações observadas através dela para elaboração de relatório de visita técnica.

5.4.3 Empresa de fabricação de placas de sinalização

Em vistoria realizada a empresa, localizada em Recife, teve como finalidade conhecer o empreendimento, processo de produção e os ambientes do empreendimento. E tomar conhecimento sobre o uso de água subterrânea advinda de um poço, o qual foi construído pelo proprietário do lote, anteriormente a locação do espaço para empresa de fabricação de placas de sinalização.

Em conversar com gestor da empresa foi informado, o processo de produção das placas de sinalização, sendo dividido em: Sinalização Vertical e Sinalização Horizontal. Para fabricação das peças, as placas, são cortadas, soldadas e lixadas, contudo, apenas na produção das placas verticais que é realizado no empreendimento a pintura e a adesivação. Após, ter conhecimento sobre a operação, foi apresentado a situação do poço e a sua finalidade de uso.

Em seguinte a consultoria realiza perguntas para identificação das irregularidades, dos resíduos e seu gerenciamento. Segue a descrição contida no relatório de visita técnica:

- Caixa de gordura: O estabelecimento possui apenas 2 cixas de gordura, e ainda não houve manutenção até agora, próximo será realizada a manutenção preventiva.
- Sistema de Esgotamento: Na empresa é utilizado Fossa Séptica Sumidouro, devido ao número pequeno de funcionários presentes no galpão (em média 10 funcionários).
- Aparas: Os resíduos gerados durante corte das placas, são separados em baldes de pintura e são vendidos e devidamente destinados, pode ser solicitado o Certificado de Destinação do Comprador. São separados em baldes de pintura.
- Baldes de tinta: Alguns reciclados como recipiente para armazenar os resíduos e grande parte são vendidos.
- Sacaria: Destinação em lixo comum
- Poço: Irregularização no uso de água subterrânea, o empreendimento não possui licença de operação para utilização de recursos hídricos e outorga de águas subterrâneas junto ao órgão responsável.
- Possui 2 caixas d'água, com volume de 500 litros cada. Em média de 3 em 3 dias as caixas são enchidas. Utilização para os 2 banheiros e pias nos banheiros e na copa

Figura 4 - Área de armazenagem dos resíduos de aparas



Fonte: Arquivo Ecopere/2022

Diante disso, foi retirada fotografia de todo o empreendimento, local de produção, poço, caixa d'água, ponto de armazenamento dos resíduos, refeitório e banheiros. Durante comunicação, a consultora informou ao gestor responsável da empresa contratante formas de melhor gestão dos resíduos, em relação a acondicionamento/armazenamento, e se responsabilizou a tratar da legalização do poço. Ao final, na ECOPERE, foi realizado o relatório de visita técnica, o qual reuniu-se todas as imagens fotográficas retiradas e as informações observadas através dela para elaboração de relatório de visita técnica.

5.4.4 Indústria de fabricação de embalagens de vidro

Em vistoria realizada ao empreendimento, localizado em Vitória de Santo Antão, o qual a consultoria esta responsável pela legalização do forno 02, que esta atualmente desativado, e sera demolido e construido um novo. A visita teve como objetivo a apresentacao da equipe ECOPERE, responsável por essa atividade de legalização, ao Engenheiro de Segurança do Trabalho do empreendimento, que estará sendo o intermediário, do gestor da indústria.

Ao realizar a entrada na indústria, fez se necessário assistir um pequeno vídeo, que contava a história da empresa e mostrava a importância do uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os cuidados que deverão ser seguidos durante vistoria. Sendo assim foi cedido pela empresa, durante entrada na guarita, capacete, óculos de proteção, protetor auricular de silicone e casaco fechado em velcro sem bolsos. Após cumprir o uso de todos os EPIs, foi iniciada a visita técnica, a qual foi possível conhecer toda área de ocupação do forno 02 que sera demolido futuramente. Concluindo-se a visita, foi possível identificar as atividades que serão seguidas pela consultoria, se as atividades que serão realizadas: LI de Reforma do Forno; Elaboração de PGRCC; Elaboração de RFO; RCCA da LI de Reforma do Forno; LO Funcionamento do Forno; Alvará de Funcionamento do Forno e Cadastro Técnico Ambiental.

Figura 5 – Vistoria em Industria fabricante de embalagens de vidro



Fonte: Arquivo Pessoal/2022

5.5 Relatório Fotográfico

Ao realizar a vistoria “*in loco*” da empresa contrante, na companhia da supervisora de estágio, Fabiana Nunes, retiramos fotos durante todo o percurso que seguimos pela empresa, seguindo a entrada até a parte posterior. Seguindo, após visita, no escritório da ECOPERE foi elaborado o documento seguindo o modelo padrão da empresa, onde adicionamos as fotos retiradas, estas fotos são colocadas seguindo um roteiro da entrada aos fundos do empreendimento, além disso, é informada a área referente a cada foto com o uso de legendas. Diante disso, ao relatar a elaboração do relatório fotográfico permitiu o desenvolvimento no aprendizado ao descrever tecnicamente os ambientes e compreender a importância da ordenagem das fotografias para quem irá analisar.

5.6 Check List para Entrega de Documentos para Autorização de Terraplanagem

Durante o estágio, foi solicitado por empresa fabricante de produtos químicos da construção civil, a realização de consultoria para obtenção da Autorização de Terraplanagem. Diante disso, foi prestado serviço de elaboração de um documento que apresente os documentos exigidos pelo órgão ambiental responsável, este *Check List* foi elaborado para à Agência Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Cidade de Vitória de Santo Antão –

AMASVISA - do Município de Vitória de Santo Antão /PE. Portanto, esse documento teve como objetivo apresentar as documentações exigidas para expedição da Autorização de Terraplanagem , da empreendimento.

Na elaboração do documento, seguiu informacoes do empreedimento, e sobre a atividade que será realizada e as exigências solicitadas pela AMASVISA. As considerações pertinentes a cada documentação foram colocados status de cumprido, parcialmente cumprido e descumprido, com a finalidade única de mostrar a AMASVISA o cumprimento de suas exigências.

Segue a descrição dos documentos exigidos pelo órgão responsável e que foram solicitados por e-mail a contratante:

- a) CNPJ
- b) Contrto Social
- c) Cópia do RG e CPF do requerente(s) empresário(s), e quando não for representante legal apresentar também procuração e cópia de RG e CPF do outorgado, com assinatura do outorgante reconhecida em cartório;
- d) Escritura do terreno averbada em cartório;
- e) Memorial descritivo do empreendimento com memória detalhada da cubagem;
- f) Escritura do terreno averbada em cartório;
- g) Memorial descritivo do empreendimento com memória detalhada da cubagem;
- h) Projeto completo de engenharia de terraplanagem (planta topográfica georreferenciada, curvas de nível da área, perfis transversais e longitudinais, e cubagem de cortes e aterros);
- i) Projeto completo de engenharia de terraplanagem (planta topográfica georreferenciada, curvas de nível da área, perfis transversais e longitudinais, e cubagem de cortes e aterros);
- j) ART do responsável técnico (elaboração e execução);
- k) Em casos de bota-fora, Autorização Ambiental de terraplanagem da área a ser contemplada;
- l) Cópia de licença ambiental anterior (se já tiver licenciada anteriormente).

Todos os documentos foram anexados, em ordem, junto ao documento de *Check List* em PDF, em seguida encaminhado para supervisora. Após sua análise, algumas correções foram solicitadas, após realizar as correções, foi submetido novamente ao e-mail e salvo na pasta do empreendimento.

5.7 Relatório de Controle Ambiental

O Relatório de Controle Ambiental (RCA) faz parte dos documentos que acompanha o requerimento de licença quando não há exigência de apresentação do EIA/RIMA. Seu conteúdo constitui-se numa série de informações, levantamentos e estudos que visam à identificação de não conformidades legais e de impactos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes da instalação e do funcionamento do empreendimento para o qual está sendo solicitada a licença.

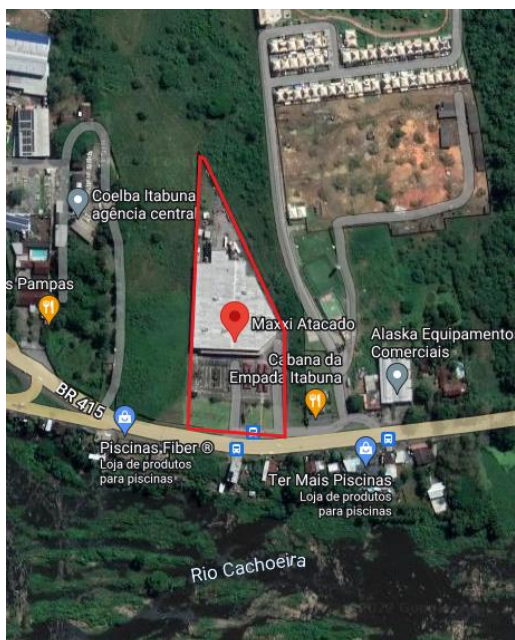
Desse modo, o RCA atua como ferramenta para estabelecer práticas e procedimentos com vista à mitigação dos impactos ambientais resultantes dos aspectos ambientais correlacionados ao desenvolvimento dos processos produtivos da empresa, visando contribuir também para a formação dos seus colaboradores como pessoas conscientes relativamente às questões ambientais.

Durante estágio foi proporcionado o conhecimento e participação na elaboração deste documento, solicitado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Itabuna-BA, no processo de Licenciamento Ambiental, como requisito para obtenção da Renovação de Licença de Operação (RLO) do empreendimento de Comércio Varejista.

Foi requisitado pela supervisora, Fabiana Nunes, o auxílio na elaboração do tópico Diagnóstico Ambiental, ele foi elaborado em observância à legislação ambiental e outras específicas para empreendimentos dessa natureza nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, com base nas informações através de pesquisas na internet. Foi descrito as características da região do empreendimento no âmbito Estadual e Municipal.

O município de pesquisa era Itabuna situado no Sul da Bahia, que faz limite com 7 municípios, sendo o município centro da região cacauzeira. A cidade ocupa uma área de 401,028 km², localizado nas coordenadas geográficas Latitude: 14° 47' 21" Sul, Longitude: 39° 16' 40" Oeste, situado a 63 metros de altitude. Segue os tópicos que foram necessário serem informados sobre a região citada:

Figura 6 - Localização do empreendimento e definição de sua ADA (destaque em vermelho).



Fonte: Elaborado pela equipe técnica a partir do Google Maps (2022).

Quadro 2: Tópicos contidos no diagnóstico ambiental

Meio Físico	Clima
	Relevo
	Caracterização dos solos
	Caracterização dos recursos hídricos
Meio Biótico	Flora
	Fauna
Meio Antrópico	Indicadores sociais
	Aspectos econômicos
	Saúde

Ao finalizar a pesquisa sobre tópico Diagnóstico Ambiental, foi enviado ao e-mail o arquivo para complementação do RCA, e salvo na pasta do empreendimento.

5.8 Acompanhar a Fiscalização na Empresa de Andaimos no Cabo

Foi realizado pela ECOPERE o acompanhamento a fiscalização, da Secretaria Executiva de Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho (SEMA), na empresa de aluguel de andaimes,

para fins de vistoria para liberação de processo de expedição de Renovação da Licença de Operação (RLO).

Durante esta vistoria realizada pela fiscalização, foi solicitado um passeio por toda área da empresa, e onde a fiscal tirou dúvidas sobre ponto de geração, coleta, armazenamento e destinação dos resíduos. Durante a trajetória, a fiscal identificou inconformidades em relação ao gerenciamento de resíduos na empresa, e foram instantaneamente informadas aos acompanhantes, diante disso foi realizado anotações sobre todos os pontos de irregularidade citados. empreendimento.

Sendo assim, após fim da fiscalização, no escritório da ECOPERE, foi elaborado um relatório de informações sobre as 05 inconformidades encontradas pela fiscal e foi realizado pela ECOPERE a colocação de 05 sugestão para correção dos respectivos problemas. Segue a descrição:

Quadro 2: Observações identificadas na Indústria de aluguel de andaimes

NÃO CONFORMIDADES	SUGESTÃO DE PROCEDIMENTOS
<p>- Sinalização incorreta nas caçambas estacionárias utilizadas para armazenamento de lixo comum, descrito: PROIBIDO LIXO DOMICILIAR</p>	<p>- Sinalizar corretamente as duas caçambas afixando cada uma no recipiente com a seguinte descrição: LIXO COMUM;</p>
<p>- Caçambas estacionárias para armazenamento de lixo comum: contém resíduos papelão, plástico e papel depositados sem a adequada separação;</p>	<p>- Os resíduos devem estar separados e armazenados temporariamente por baias, devidamente sinalizadas, provida de cobertura e piso impermeabilizado. Acondicionar os resíduos em fardos e armazená-los empilhados em cima de uma base de madeira ou plástica (pallets) para evitar contato com o piso;</p>
<p>- Armazenamento de pneus em ambiente aberto (sem cobertura);</p>	<p>- Devem estar armazenados em baía própria, devidamente sinalizada, coberta e com piso impermeabilizado;</p>

- Inadequação da primeira e quarta caixa separadora de água e óleo, sendo as duas feitas de alvenaria;	- Adequação das respectivas caixas para material plástico, seguindo o modelo da segunda e terceira caixa separadora de água e óleo;
- Área para abastecimento a diesel no pátio de entrada, composto por piso intertravado e sem a presença de canaletas de contenção para impedimento da contaminação do solo por absorção;	- A área de abastecimento deverá ser de piso impermeável com canaletas de contenção.

6. LEITURA DE DOCUMENTOS

Durante período de estágio foi possível realizar leituras de documentos que não participei da atividade de elaboração. Esta etapa de conhecimento foi impulsionada pela supervisora, Fabiana Nunes, que buscava compartilhar o conhecimento além da minha área de estudo. Os documentos disponibilizados durante este período:

- a) Memorial Descritivo da Atividade realizado por Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) Memorial Descritivo do Empreendimento realizado por Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- c) Laudo de Nível de Pressão realizado por Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- d) Relatório Semestral Pós-Plantio realizado por Engenheiro Florestal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do estágio supervisionado obrigatório na ECOPERE CONSULTORIA AMBIENTAL, tornou-se possível vivenciar a prestação de serviços quanto a licenciamento ambiental e gestão de resíduos de forma ativa, oferecendo a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico adquirido na Universidade dentro do local de estágio através da prática.

Nesse período, a supervisão do Bióloga Fabiana Nunes, foi de suma importância para o desenvolvimento da minha formação profissional, ajudando na compreensão acerca da gestão ambiental em empresas. Além de me proporcionar conhecimento em diversas áreas técnicas para agregar no meu desenvolvimento profissional, como exemplo Memorial Descritivo da Atividade (MDA) cuja a responsabilidade é de competência dos Engenheiros de Segurança. As atividades durante o período de estágio, foram meios que garantiram o

desenvolvimento de habilidades como organização, cumprimento de prazos, comunicação e bom relacionamento em equipe.

Enfim, o estágio foi de grande importância devido a experiência adquirida na área de consultoria ambiental, conhecendo mais sobre o processo de licenciamento, noção do tempo demandado para renovar uma licença, os checklists necessários e análise das exigências e condicionante.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. RESÍDUOS SÓLIDOS. Norma ABNT **NBR 10.004** de 09/1987. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/RESIDUOS/leitura%20anexa%206.pdf>. Acesso em 01/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 16/04/2022.

BRASIL. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**, que institui a alteração da Lei nº 6.928, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de dez de 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm#art3. Acesso em: 12/10/2022

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 3 de ago de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em: 01 de jul de 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução N° 237**, de 19 de dezembro de 1997. Brasília, 1997.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução N° 9**, de 6 de dezembro de 2002. Brasília, 2002.

RECIFE. **Lei nº 17.072, de 03 de janeiro de 2005**. Estabelece as diretrizes e critérios para o programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2005/1707/17072/lei-ordinaria-n-17072-2005-estabelece-as-diretrizes-e-criterios-para-o-programa-de-gerenciamento-de-residuos-da-construcao-civil>. Acesso em: 20/09/2022

ECOPERE CONSULTORIA AMBIENTAL. Empresa. Disponível em: <https://www.instagram.com/ecopereambiental/>. Acesso em: 22/08/2022.